



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova '03', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e o espaço para o rascunho dos Estudos de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E) .
- Ler o que se pede na Prova de Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova de Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

Vaidade do humanismo

A vaidade, desde sua etimologia latina **vanitas**, aponta para o vazio, para o sentimento que habita o vão. Mas é possível tratar dela com mais condescendência do que os moralistas rigorosos que costumam condená-la inapelavelmente. Pode-se compreendê-la como uma contingência humana que talvez seja preciso antes reconhecer com naturalidade do que descartar como um vício abominável. Como se sabe, a vaidade está em todos nós em graus e com naturezas diferentes, e há uma vaidade que devemos aceitar: aquela que corresponde não a um mérito abstrato da pessoa, a um dom da natureza que nos tornasse filhos prediletos do céu, mas a algum trabalho que efetivamente tenhamos realizado, a uma razão objetiva que enraíza a vaidade no mesmo chão que foi marcado pelo nosso melhor esforço, pelo nosso trabalho de humanistas.

Na condição de humanistas, temos interesse pelo estudo das formações sociais, dos direitos constituídos e do papel dos indivíduos, pela liberdade do pensamento filosófico que se pensa a si mesmo para pensar o mundo, pela arte literária que projeta e dá forma em linguagem simbólica aos desejos mais íntimos; por todas as formas, enfim, de conhecimento que ainda tomam o homem como medida das coisas. Talvez nosso principal desafio, neste tempo de vertiginoso avanço tecnológico, esteja em fazer da tecnologia uma aliada preciosa em nossa busca do conhecimento real, da beleza consistente e de um mundo mais justo – todas estas dimensões de maior peso do que qualquer virtualidade. O grande professor e intelectual palestino Edward Said, num livro cujo título já é inspiração para uma plataforma de trabalho – **Humanismo e crítica democrática** – afirma a certa altura: “como humanistas, é da linguagem que partimos”; “o ato de ler é o ato de colocar-se na posição do autor, para quem escrever é uma série de decisões e escolhas expressas em palavras”. Nesse sentido, toda leitura é o compartilhamento do sujeito leitor com o sujeito escritor – compartilhamento justificado não necessariamente por adesão a um ponto de vista, mas pelo interesse no reconhecimento e na avaliação do ponto de vista do outro. Que seja este um nosso compromisso fundamental. Que seja esta a nossa vaidade de humanistas.

(Derval Mendes Sapucaia, inédito)

1. O sentimento da *vaidade*, ao longo do primeiro parágrafo do texto, é considerado e qualificado com alguma condescendência
 - (A) pelo fato de ser um defeito natural, de que as pessoas não conseguem livrar-se e contra o qual é inútil lutar.
 - (B) quando sua razão de ser deriva de alguma efetiva conquista que alcançamos em virtude do nosso trabalho.
 - (C) pelo fato de que os moralistas, sendo inapelavelmente rigorosos, não conseguem divisar os méritos espirituais de quem os detém.
 - (D) quando sua razão de ser se deve à generosidade mesma com que a natureza recompensa os indivíduos por seus méritos pessoais.
 - (E) pelo fato de constituir um vício tolerável, já que a vaidade decorre de alguma razão objetiva pela qual o sujeito deve se orgulhar.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A condição de humanistas define-se quando o homem mesmo é tomado como a medida essencial das coisas, razão pela qual um humanista deve desconsiderar parcerias com os avanços da tecnologia.
- II. Para Edward Said, no ato de ler o leitor busca compreender o ponto de vista do autor, não para necessariamente concordar com ele, mas para reconhecer e ponderar a perspectiva própria do outro.
- III. Acima das representações virtuais, oferecidas pela perspectiva tecnológica, está a busca de conhecimento efetivo, da beleza real das coisas e de uma melhor distribuição de justiça social.

Em relação ao texto, está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Ao se definir a condição de humanistas, no segundo parágrafo do texto, contempla-se a atividade específica de um quando se fala em

Preenchem, adequada e respectivamente, as lacunas da frase acima:

- (A) tecnocrata – estudo das formações sociais
- (B) antropólogo – arte literária que projeta e dá forma em linguagem simbólica aos desejos mais íntimos
- (C) historiador – direitos constituídos
- (D) jurista – papel dos indivíduos
- (E) filósofo – pensamento que se pensa a si mesmo para pensar o mundo



4. Considerando-se o contexto do primeiro parágrafo, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *condená-la implacavelmente* = injuriá-la inapelavelmente
- (B) *contingência humana* = essencialidade humanista
- (C) *antes reconhecer do que descartar* = admitir em vez de rejeitar
- (D) *naturezas diferentes* = ocasiões anômalas
- (E) *mérito abstrato da pessoa* = vantagem inigualável do sujeito
-
5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O título mesmo do livro de Edward Said é considerado uma inspiração, uma plataforma de trabalho para quem se disponha a exercer o papel de um autêntico humanista.
- (B) Já pela sugestão, o livro de Edward Said, cujo o título é tão inspirador, torna-se também uma plataforma de trabalho para quaisquer humanistas que dele se acerquem e por ele se interessem.
- (C) Quem se dispor a desenvolver uma plataforma de trabalho encontrará plena inspiração já no título do livro de Edward Said, onde a sugestão de humanismo é inequívoca.
- (D) Edward Said, ao atribuir a seu livro o título que tanto condiz com sua plataforma de trabalho, já por si mesmo o fez inspirador para quem o instigue como meta de um verdadeiro humanismo.
- (E) Um autêntico sentido de prática humanista se infere do título do livro de Edward Said, pelo qual uma inspiração de trabalho já parece ali consolidado, tal uma plataforma de altas sugestões.
-
6. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar em número com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Vaidades, (**haver**) muitas delas pelo mundo; poucas são, no entanto, as que se justificam.
- (B) Todo aquele que (**abominar**) as fraquezas humanas deveria buscar discerni-las e qualificá-las, antes de as julgar.
- (C) Aos avanços tecnológicos (**poder**) seguir-se uma sensata parceria com outras atividades de que o homem é capaz.
- (D) Em que (**consistir**), em nossa época, práticas efetivamente humanistas, que nos definam pelo que essencialmente somos?
- (E) A quantos outros vícios não se (**curvar**) quem costuma julgar a vaidade como o mais abominável de todos?
-
7. Ocorrem adequada transposição de voz verbal e perfeita correlação entre tempos e modos na seguinte passagem:
- I. A vaidade, uma vez justificável, deixa de ser um vício abominável. = Se a justificarmos, a vaidade já não seria um vício abominável.
- II. Ele toleraria a vaidade, desde que pudesse justificá-la. = A vaidade seria tolerada, desde que ela pudesse ser justificada por ele.
- III. Ele não vê como poderia justificar a vaidade que eventualmente o assalta. = A vaidade não é vista justificada por ele, quando eventualmente é por ela assaltado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.
-
8. Quanto à pontuação, a frase inteiramente correta é:
- (A) Para Edward Said, a linguagem, é o terreno de onde partem os humanistas, uma vez que é nela que se estabelecem, não apenas as relações de sentido, mas também o desafio de o leitor divisar e compartilhar as escolhas produzidas pelo escritor.
- (B) Para Edward Said a linguagem é o terreno, de onde partem os humanistas, uma vez que é nela que se estabelecem não apenas as relações de sentido mas, também, o desafio de o leitor divisar, e compartilhar as escolhas produzidas pelo escritor.
- (C) Para Edward Said, a linguagem é o terreno de onde partem os humanistas, uma vez que é nela que se estabelecem não apenas as relações de sentido, mas também o desafio de o leitor divisar e compartilhar as escolhas produzidas pelo escritor.
- (D) Para Edward Said, a linguagem, é o terreno de onde partem os humanistas uma vez que, é nela, que se estabelecem não apenas as relações de sentido, mas também o desafio de o leitor divisar e compartilhar, as escolhas produzidas pelo escritor.
- (E) Para Edward Said, a linguagem é o terreno de onde partem os humanistas uma vez que é nela, que se estabelecem não apenas as relações de sentido, mas também o desafio, de o leitor divisar e compartilhar, as escolhas produzidas pelo escritor.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, considere o texto abaixo.

Um programa a ser adotado

O PET – Programa de Educação pelo Trabalho – está fazendo dez anos, que serão comemorados num evento promovido pelo TRF4, que contará com representantes da Fase – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul.

Há dez anos seria difícil imaginar um interno da Fase em cumprimento de medida socioeducativa saindo para trabalhar em um tribunal e, no final do dia, retornar à fundação. Muitos desacreditariam da iniciativa de colocar um adolescente infrator dentro de um gabinete de desembargador ou da Presidência de um tribunal. Outros poderiam discriminar esses jovens e desejá-los longe do ambiente de trabalho.

Todas essas barreiras foram vencidas. Em uma década, o PET do TRF4 se tornou realidade, quebrou preconceitos, mudou a cultura da própria instituição e a vida de 154 adolescentes que já passaram pelo projeto. São atendidos jovens entre 16 e 21 anos, com escolaridade mínima da 4ª série do ensino fundamental. O tribunal enfrenta o desafio de criar, desenvolver e, principalmente, manter um programa de reinserção social. Os resultados do trabalho do PET com os menores que cumprem medida socioeducativa na Fase são considerados muito positivos quando se fala de jovens em situação de vulnerabilidade social. Durante esses dez anos, 45% dos participantes foram inseridos no mercado de trabalho e muitos já concluíram o ensino médio; cerca de 70% reorganizaram suas vidas e conseguiram superar a condição de envolvimento em atividades ilícitas.

Na prática, os jovens trabalham durante 4 horas nos gabinetes de desembargadores e nas unidades administrativas do tribunal. Recebem atendimento multidisciplinar, com acompanhamento jurídico, de psicólogos e de assistentes sociais. Por meio de parcerias com entidades, já foram realizados cursos de mecânica, de padaria e de garçom. Destaque a considerar é o projeto “Virando a página”: oficinas de leitura e produção textual, coordenadas por servidores do TRF4 e professores e formandos de faculdades de Letras.

(Adaptado de: www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=10129)

9. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O objetivo central do PET é o aproveitamento de menores infratores em funções administrativas, exercidas em vários tribunais, de modo que esses menores reponham com trabalho o que ficaram devendo à sociedade, por conta de atividades ilícitas.
- II. A reinserção de jovens infratores no mercado de trabalho é um esforço que enfrenta preconceitos e barreiras sociais, pois há quem não admita a coexistência em um mesmo espaço de trabalho entre autoridades e menores envolvidos em práticas ilícitas.
- III. O sucesso do PET não está apenas no espírito afirmativo do programa, mas se reflete nos resultados concretos que apontam, em termos percentuais, uma expressiva inserção de jovens infratores no mercado de trabalho.

Em relação ao texto, está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

10. No contexto, o sentido do elemento sublinhado em

- (A) Outros poderiam discriminar esses jovens (2º parágrafo) é o de **distinguir, enfatizar**.
- (B) em cumprimento de medida socioeducativa (2º parágrafo) é o de **observância, atendimento**.
- (C) manter um programa de reinserção social (3º parágrafo) é o de **remissão, retroação**.
- (D) em situação de vulnerabilidade social (3º parágrafo) é o de **impropriedade, informalidade**.
- (E) Recebem atendimento multidisciplinar (4º parágrafo) é o de **socialista, democrático**.

11. É preciso **corrigir**, por falha estrutural, a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Não são pequenos os desafios que enfrenta o TRF4, em seu programa de reinserção social de jovens infratores – programa que, felizmente, já se revelou bastante eficaz.
- (B) Já está comprovada a eficácia do programa implantado pelo TRF4 com a finalidade de reinserir jovens infratores no mercado de trabalho.
- (C) Jovens infratores, que muitos considerariam irrecuráveis, vêm apresentando notáveis progressos, apoiados por programa de reinserção social implantado pelo TRF4.
- (D) Com vistas às medidas implantadas pelo TRF4, jovens infratores estão sendo amparados pelo PET, pelos quais os resultados inquestionáveis já se fazem sentir de modo concreto.
- (E) Comprovam-se na prática os excelentes resultados obtidos pelo TRF4, ao implantar o PET e possibilitar, por meio desse programa, a plena reabilitação social de jovens infratores.

12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se, obrigatoriamente, em uma forma do **plural** para preencher de modo adequado a lacuna da frase:

- (A) A situação de vulnerabilidade social que a tantos jovens (**constranger**) pode ser plenamente superada por programas como o PET.
- (B) Aos desafios de criar, desenvolver e sobretudo manter um programa de reinserção social (**corresponder**), felizmente, um número expressivo de conquistas.
- (C) Durante mais de dez anos só (**vir**) a crescer a convicção de que as medidas adotadas pelo PET eram bastante eficazes.
- (D) A muitos daqueles que torceram o nariz para as iniciativas do PET não (**ocorrer**) que tais medidas afirmativas poderiam ser tão eficazes.
- (E) A um projeto como o “Virando a página” (**dever**) emprestar todo o apoio os agentes envolvidos na reabilitação dos menores infratores.



13. O PET já se revelou um programa de sucesso, todos reconhecem os serviços do PET, graças a esses serviços do PET os menores infratores alcançam rápida inserção social, razão pela qual muitos tributam ao PET uma plena gratidão.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) lhe reconhecem os serviços – aos quais – lhe tributam
(B) o reconhecem seus serviços – a cujos – lhe tributam
(C) lhe reconhecem os serviços – a quem – tributam-no
(D) reconhecem-lhe os serviços – a estes – o tributam
(E) reconhecem-nos os serviços – a eles – tributam-lhe

14. Ambos os elementos sublinhados são exemplos de uma **mesma função sintática** na frase:

- (A) Muitos desacreditaram de tais iniciativas.
(B) São atendidos jovens com idade entre 16 e 21 anos.
(C) Recebem atendimento multidisciplinar e acompanhamento jurídico.
(D) Vários jovens já concluíram os estudos e reorganizaram a vida.
(E) “Virando a página” é uma iniciativa que deveria ser imitada por outras associações.

Raciocínio Lógico-Matemático

15. Um corredor possui cem armários vazios, fechados e numerados de 1 a 100. Passando por esse corredor, Luiz abriu apenas as portas dos armários de numeração múltiplo de 2. Em seguida, Álvaro passou pelo corredor e fechou apenas as portas dos armários de numeração múltiplo de 3 que estavam abertos. Por fim, Lígia passou pelo corredor e colocou livros apenas nos armários abertos e de numeração múltiplo de 5. Ao final das operações realizadas por Luiz, Álvaro e Lígia, dos cem armários, permaneceram vazios

- (A) 95%.
(B) 4%.
(C) 6%.
(D) 93%.
(E) 96%.

16. Da duração total de um julgamento, $\frac{3}{7}$ do tempo foi utilizado pelos advogados de defesa e acusação, $\frac{7}{8}$ do tempo remanescente com os depoimentos de testemunhas. O tempo do julgamento foi ocupado, apenas, pelos advogados de defesa e acusação, pelos depoimentos de testemunhas, e pela fala do juiz, sendo que esta última foi de 7 minutos. De acordo com as informações fornecidas, a duração total do julgamento foi de 1 hora e

- (A) 24 minutos.
(B) 38 minutos.
(C) 42 minutos.
(D) 26 minutos.
(E) 02 minutos.

17. Em um processo de partilha de herança monetária entre Maria, Lúcia e Cláudia, ficou decidido que:

- I. Maria será a primeira a receber sua parte na herança, e o valor recebido será, diretamente, proporcional à sua idade, quando comparada com a idade das três herdeiras.
II. Lúcia e Cláudia receberão valores, inversamente, proporcionais às suas respectivas idades comparadas.

Sabe-se que Maria tem o dobro da idade de Lúcia que, por sua vez, tem a metade da idade de Cláudia que, por sua vez, recebeu R\$ 12.000,00 da herança.

Nas condições descritas, a pessoa que recebeu a menor porcentagem da herança, e essa porcentagem recebida por ela, são, respectivamente,

- (A) Lúcia e 20%.
(B) Lúcia e 18%.
(C) Cláudia e 20%.
(D) Cláudia e 15%.
(E) Maria e 15%.



18. Um frasco contendo 30 pastilhas idênticas “pesa” 54 gramas. O mesmo frasco contendo apenas 12 dessas pastilhas “pesa” 32,4 gramas. Nas condições dadas, a razão entre o “peso” de uma pastilha e o do frasco vazio, nessa ordem, é igual a
- (A) $\frac{1}{4}$.
- (B) $\frac{3}{16}$.
- (C) $\frac{2}{15}$.
- (D) $\frac{1}{12}$.
- (E) $\frac{1}{15}$.

19. Na expressão $\left(\frac{x-y}{z}\right)^w$ as letras x , y , z e w podem ser substituídas por qualquer número inteiro de -3 a 3 , sem que se possa repetir um mesmo número na mesma expressão, e desde que se possa calcular o valor numérico da expressão com as substituições feitas. Sendo M o maior valor numérico possível dessa expressão, e m o menor valor numérico possível, então $M - m$ é igual a
- (A) $\frac{125}{2}$.
- (B) 124.
- (C) 0.
- (D) $\frac{287}{8}$.
- (E) 250.

20. Miguel, Érico, Ricardo, Jaime e Caio são interrogados em um Tribunal para averiguação de um crime certamente cometido por, apenas, um dos cinco. Nos interrogatórios, cada um fez a seguinte afirmação:

Miguel: – o culpado é Jaime.

Érico: – Ricardo não é culpado.

Ricardo: – o culpado é Caio.

Jaime: – eu não sou culpado.

Caio: – o culpado é Miguel.

Se apenas um dos cinco interrogados diz a verdade, então o crime foi cometido por

- (A) Miguel.
- (B) Érico.
- (C) Ricardo.
- (D) Jaime.
- (E) Caio.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

21. Josué, servidor público federal, ocupa cargo de motorista de ambulância, classificado em determinada unidade de saúde. Durante o trajeto para atender um chamado de emergência, avançou o sinal de trânsito luminoso que determinava que parasse. Em razão dessa conduta, colidiu com uma viatura de polícia que também estava a caminho do atendimento de uma ocorrência, trafegando, no entanto, em regular velocidade. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.112/1990, o motorista da ambulância
- (A) responde pela conduta apenas se ficar comprovado que agiu com dolo, na medida em que pelos atos culposos os servidores não podem ser responsabilizados.
 - (B) responde objetivamente, não podendo ser imposta qualquer responsabilização ao Poder público no caso da comprovação de dolo por parte do servidor.
 - (C) não responde civilmente pelos prejuízos causados, tendo em vista que estava atendendo um chamado de emergência, o que afasta qualquer possibilidade de punição.
 - (D) não responde civilmente pelos prejuízos causados, tendo em vista que os danos foram causados em viatura pública, sendo que somente poderia ser condenado a indenizar prejuízos experimentados por particulares.
 - (E) pode ser responsabilizado, independentemente de ter agido com dolo, podendo autorizar, observados os limites legais, seja promovido desconto em folha de pagamento para quitação da dívida que lhe seja imposta.
-
22. A celebração de um contrato administrativo com base na Lei nº 8.666/1993 confere ao contratado o direito à intangibilidade do equilíbrio econômico-financeiro, o que também lhe assegura direito
- (A) à rescisão unilateral do contrato, caso reste demonstrado que o negócio firmado deixou de ser atrativo ao contratado, não assegurando a taxa interna de retorno esperada.
 - (B) ao ressarcimento dos prejuízos comprovados, no caso de rescisão unilateral do contrato por parte da Administração, possível por razões de conveniência e oportunidade, presentes ou não razões de interesse público.
 - (C) à rescisão do contrato, no caso da comprovação da ocorrência de força maior que inviabilize a execução do contrato, sob pena de ensejar indevido desequilíbrio econômico-financeiro da avença.
 - (D) à rescisão unilateral do contrato no caso de atrasar ou descumprir o contrato, sem motivo justificado, devendo, ainda, ser indenizado pelos prejuízos experimentados.
 - (E) à rescisão unilateral do contrato, por razões de interesse público que ensejem a suspensão dos pagamentos devidos pelo fornecimento, não dando lugar, contudo, ao ressarcimento pelos prejuízos sofridos.
-
23. A empresa responsável pelo abastecimento de água e saneamento local precisa implantar um emissário subterrâneo de esgoto em um terreno particular próximo à estação de tratamento existente, onde se cultiva cana-de-açúcar. Para tanto
- (A) deverá adquirir a porção do terreno necessária à instalação da infraestrutura subterrânea.
 - (B) poderá desapropriar a porção de terreno necessária à instalação da infraestrutura, dispensada indenização, tendo em vista que não haverá restrição à exploração econômica.
 - (C) deverá decretar o tombamento da área, com a conseqüente preservação e impossibilidade de utilização da porção do terreno para outra finalidade além do emissário de esgoto.
 - (D) poderá instituir servidão administrativa, indenizando o proprietário do terreno pelos prejuízos experimentados pela restrição operada.
 - (E) poderá instituir ocupação temporária ou requisição administrativa, que perdurarão pelo tempo necessário para a utilização do emissário, dispensando-se indenização ao proprietário.
-
24. A Administração pública, é sabido, está sujeita a princípios expressos e implícitos no exercício de suas funções. A observância desses princípios está sujeita a controle, do que é exemplo o controle
- (A) administrativo externo, que se presta à verificação da observância dos princípios, desde que expressos, que regem a Administração.
 - (B) exercido pelo Legislativo, pelo Judiciário e pela própria Administração, sem prejuízo da participação do usuário no bom desempenho das funções administrativas, o que lhes confere, inclusive, direito à informações sobre a atuação do governo.
 - (C) exercido pelo Judiciário, que se consubstancia em verificação interna dos princípios expressos, tais como, legalidade, impessoalidade e supremacia do interesse público.
 - (D) legislativo externo, que se presta somente à verificação da observância dos princípios expressos e da discricionariedade da Administração.
 - (E) exercido pela própria Administração, que se presta a verificar a observância dos princípios expressos e implícitos, vedada, no entanto, a revisão dos atos, que deve ser feita judicialmente.



<p>25. Um hospital da rede estadual precisa instalar lanchonetes em dois espaços para esse fim destinados na ala ambulatorial e no setor de exames laboratoriais. Não pretende a Administração firmar contrato administrativo, pois pretende garantir menor estabilidade à ocupação, de modo a facilitar eventual retomada dos espaços na hipótese das atividades não serem bem desempenhadas. Considerando que esses espaços são bens públicos e que a Administração pretende celebrar permissão de uso dos mesmos, cuja natureza é de ato administrativo unilateral,</p> <p>(A) deverá realizar prévia licitação sempre que houver potenciais interessados no objeto ofertado pela Administração, de modo a observar o princípio da competitividade e da igualdade.</p> <p>(B) não é necessário realizar prévia licitação, pois o não estabelecimento de prazo para a exploração afasta a competitividade para a ocupação do local.</p> <p>(C) não é necessário realizar prévia licitação, tendo em vista que a Lei nº 8.666/1993 é expressa em exigir o certame apenas para a celebração de contratos administrativos.</p> <p>(D) deverá realizar prévia licitação, obrigatoriamente na modalidade pregão, pois se trata de contratação de baixo vulto e reduzida complexidade.</p> <p>(E) pode, invocando o princípio da eficiência, optar pela realização ou não de licitação, desde que a escolha recaia sobre a alternativa mais rentável para a Administração.</p>	<p>29. O princípio que traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou peculiares denomina-se princípio da</p> <p>(A) moralidade.</p> <p>(B) publicidade.</p> <p>(C) supremacia do interesse público.</p> <p>(D) impessoalidade.</p> <p>(E) responsabilidade.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p>	<p>30. Sobre a essencialidade do bem e o regime tributário a ele aplicável, em vista dos princípios constitucionais tributários,</p> <p>(A) o princípio da isonomia veda, taxativamente, qualquer consideração sobre a essencialidade do bem e distinção tributária.</p> <p>(B) pelo princípio da uniformidade geográfica, os Estados ficam impedidos de considerar a essencialidade do bem na disciplina dos tributos de sua competência.</p> <p>(C) pelo princípio da seletividade, pode-se garantir que a tributação seja maior ou menor, dependendo da essencialidade do bem.</p> <p>(D) o princípio da capacidade contributiva desloca o caráter da essencialidade do bem para o caráter pessoal da capacidade econômica do contribuinte.</p> <p>(E) a essencialidade do bem pode servir como exceção ao princípio da não-cumulatividade.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p>	<p>31. Os prazos que as partes podem, de comum acordo, reduzir ou prorrogar, mediante requerimento fundado em motivo legítimo formulado antes do vencimento, denominam-se prazos</p> <p>(A) peremptórios.</p> <p>(B) dilatórios.</p> <p>(C) próprios.</p> <p>(D) impróprios.</p> <p>(E) preclusivos.</p>
<p>27. As normas constitucionais que têm aplicabilidade direta, imediata e integral, mas cujo alcance pode ser reduzido em razão da existência na própria norma de uma cláusula expressa de redutibilidade, são ditas normas</p> <p>(A) de eficácia contida.</p> <p>(B) de eficácia limitada.</p> <p>(C) de eficácia plena.</p> <p>(D) programáticas.</p> <p>(E) de princípio institutivo.</p>	<p>32. Anne e Tullius são Oficiais de Justiça e foram encarregados do cumprimento de mandados de citação em dois processos. Anne é amiga íntima do réu. Tullius é sobrinho do autor. Nesse caso,</p> <p>(A) quanto à Anne há suspeição e, em relação a Tullius, impedimento.</p> <p>(B) quanto a Tullius há suspeição e, em relação à Anne, impedimento.</p> <p>(C) ambos são suspeitos para atuar nos respectivos processos.</p> <p>(D) ambos estão impedidos de atuar nos respectivos processos.</p> <p>(E) não se aplicam aos serventuários da justiça os motivos de impedimento e suspeição previstos para os juízes.</p>
<p>28. A Lei Orgânica, como modalidade de lei fundamental na disciplina de seu regime político, está prevista pela Constituição Federal para</p> <p>(A) Distrito Federal, somente.</p> <p>(B) Municípios, Territórios e o Distrito Federal.</p> <p>(C) Territórios e o Distrito Federal.</p> <p>(D) Municípios, somente.</p> <p>(E) Municípios e o Distrito Federal.</p>	



33. Tramitam em separado, perante juízes que têm a mesma competência territorial (1ª Vara Cível; 2ª Vara Cível; 3ª Vara Cível), três ações conexas. Na ação que tramita na 1ª Vara, já foi proferida sentença, que se encontra em fase de registro; na ação em tramitação na 2ª Vara Cível, já houve citação; e na ação que tramita na 3ª Vara Cível ainda não foi expedido o mandado de citação. Em tal situação, reconhecida a conexão, as ações da
- (A) 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis devem ser reunidas na 1ª Vara Cível.
- (B) 2ª e 3ª Varas Cíveis devem ser reunidas na 3ª Vara Cível e a da 1ª Vara Cível não será alcançada pela conexão.
- (C) 2ª e 3ª Varas Cíveis devem ser reunidas na 2ª Vara Cível e a da 1ª Vara Cível não será alcançada pela conexão.
- (D) 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis devem ser reunidas na 2ª Vara Cível.
- (E) 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis devem ser reunidas na 3ª Vara Cível.
-
34. Em uma ação cível, produzida a prova pericial, o réu solicitou esclarecimentos em audiência por parte do perito e do assistente técnico do autor. Somente o autor arrolou testemunhas, tendo o réu requerido o depoimento pessoal do autor. Na audiência de instrução e julgamento, as testemunhas arroladas pelo autor serão ouvidas, obedecida a ordem legal prevista no Código de Processo Civil, após
- (A) os esclarecimentos do perito antes do depoimento pessoal do autor e dos esclarecimentos do assistente técnico.
- (B) o depoimento pessoal do autor e antes dos esclarecimentos do perito e do assistente técnico.
- (C) o depoimento pessoal do autor e os esclarecimentos do perito e do assistente técnico.
- (D) os esclarecimentos do perito e do assistente técnico e antes do depoimento pessoal do autor.
- (E) os esclarecimentos do perito e do assistente técnico e o depoimento pessoal do autor.
-
35. Em uma ação cível, proferida a sentença, a parte vencida interpôs recurso de apelação. O juiz, no entanto, não admitiu o recurso, por estar a sentença em conformidade com Súmula do Superior Tribunal de Justiça. Dessa decisão
- (A) cabe agravo a ser interposto verbalmente.
- (B) cabe nova apelação.
- (C) cabe agravo retido.
- (D) cabe agravo de instrumento.
- (E) não cabe apelação, nem agravo em qualquer de suas espécies.
-
36. Cícero é proprietário de uma lavanderia e está sendo executado por dívida bancária em execução por quantia certa contra devedor solvente. Dentre os bens que possui, o Oficial de Justiça encontrou máquinas instaladas na lavanderia; depósito em caderneta de poupança no valor de quarenta salários mínimos; seguro de vida; joias, como pertences de uso pessoal; livros, ferramentas e utensílios úteis ao exercício da atividade profissional. Nesse caso, o Oficial de Justiça, deverá
- (A) penhorar as joias, apenas.
- (B) penhorar as joias e o depósito em caderneta de poupança, apenas.
- (C) penhorar as joias e as máquinas instaladas na lavanderia, apenas.
- (D) penhorar os livros e as ferramentas, apenas.
- (E) devolver o mandado, certificando não ter encontrado bens passíveis de penhora.
-
37. Na execução fiscal, os embargos do devedor
- (A) não podem versar sobre a legalidade da cobrança.
- (B) devem ser opostos no prazo de 15 dias contados da citação.
- (C) dependem de prévia garantia do juízo.
- (D) só podem ser opostos se houver depósito do valor da dívida.
- (E) não podem versar sobre tema já rejeitado na fase administrativa.
-
38. A respeito do Juizado Especial Federal Cível, é INCORRETO afirmar que
- (A) não podem ser parte, como autoras, as pessoas jurídicas de Direito Público.
- (B) haverá reexame necessário da sentença.
- (C) admitir-se-á o litisconsórcio.
- (D) será possível a formulação de pedido oral.
- (E) será admitida a formulação de pedidos alternativos.
-
- Direito Penal**
39. No direito brasileiro legislado, desde que subtraia por completo o entendimento da ilicitude ou a determinação por ela, a embriaguez terá, genericamente, o condão de excluir total ou parcialmente a imputabilidade penal quando for
- (A) não preordenada.
- (B) oriunda de culpa consciente.
- (C) oriunda de culpa inconsciente.
- (D) oriunda de caso fortuito.
- (E) não premeditada.



<p>40. A respeito do crime de moeda falsa, tal como tipificado no Código Penal (art. 289),</p> <p>(A) há uma hipótese de conduta culposa de menor potencial ofensivo.</p> <p>(B) há uma hipótese de conduta dolosa de menor potencial ofensivo.</p> <p>(C) há uma hipótese de conduta culposa, mas nenhuma de menor potencial ofensivo.</p> <p>(D) todas as hipóteses são de condutas dolosas, mas nenhuma de menor potencial ofensivo.</p> <p>(E) há duas hipóteses de condutas culposas, uma delas de menor potencial ofensivo.</p>	<p>44. Pedro foi denunciado porque guarda, na cidade A, moeda falsa e porque, na cidade B, ao ser flagrado na importação da moeda falsa, desacatou e desobedeceu a ordem policial. O foro competente para processar e julgar Pedro por tais fatos é</p> <p>(A) tanto da cidade A como da B, facultativamente, porque o crime de moeda falsa, mais grave, ocorreu em ambas as localidades.</p> <p>(B) o da cidade A, porque é onde se iniciou a execução.</p> <p>(C) o da cidade B, porque lá ocorreu o maior número de infrações.</p> <p>(D) o do foro da residência de Pedro.</p> <p>(E) o da cidade B, porque onde foi praticado o último ato de execução.</p>
<p>41. Gerson subtraiu para si energia elétrica alheia de pequeno valor, fazendo-o em concurso com Marcio, sendo ambos absolutamente primários. Com esses dados, à luz da jurisprudência hoje dominante no Superior Tribunal de Justiça, classificam-se os fatos como furto</p> <p>(A) de bagatela.</p> <p>(B) privilegiado.</p> <p>(C) qualificado.</p> <p>(D) privilegiado-qualificado.</p> <p>(E) simples.</p>	<p>45. Joaquim responde a processo pela prática do delito de estelionato contra a Caixa Econômica Federal. Ainda no curso do inquérito policial, depois do indiciamento, o juiz, a pedido do Delegado de Polícia Federal, determinou o sequestro de dois automóveis de Joaquim, porque adquiridos logo após a prática da infração e incompatíveis com sua renda declarada. Diante disso,</p> <p>(A) ante a existência de indícios da proveniência ilícita, a medida assecuratória que deveria ter sido decretada pelo juiz é o arresto.</p> <p>(B) o juiz agiu incorretamente, porque não existe previsão de sequestro de bens na fase do inquérito policial.</p> <p>(C) os veículos podem ser alienados antecipadamente somente quando houver dificuldade para sua manutenção.</p> <p>(D) no caso de haver a alienação antecipada dos veículos, o arrematante fica responsável pelo pagamento de multas, encargos e tributos anteriores.</p> <p>(E) Joaquim pode opor embargos, sob o fundamento de não terem os bens sido adquiridos com os proventos da infração.</p>
<p>42. Processado por roubo cometido contra empresa pública federal, Mélvio teve sua prisão preventiva legalmente decretada. Ao ser regularmente cumprido o respectivo mandado por Oficial de Justiça, Mélvio resistiu com violência à prisão e, ao final, foi absolvido da imputação de roubo, posto que afinal reconhecida injusta. Com base somente nesses dados,</p> <p>(A) inexistiu crime de resistência, qualquer que seja o fundamento técnico da absolvição quanto ao roubo.</p> <p>(B) inexistiu crime de resistência, desde que a absolvição seja pela negativa de autoria quanto ao roubo.</p> <p>(C) inexistiu crime de resistência, mas responde Mélvio, de qualquer modo, por outro eventual crime correspondente à violência.</p> <p>(D) inexistiu o crime de resistência, desde que a absolvição quanto ao roubo tenha afirmado a inexistência ou o atipicidade do fato respectivo.</p> <p>(E) caracteriza-se o crime de resistência.</p>	<p>46. Francisco foi preso em flagrante pela prática do delito de peculato e o juiz concedeu-lhe fiança. Diante disso, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o limite máximo da fiança, previsto em lei para este caso, é de cem salários mínimos.</p> <p>(B) a fiança será julgada quebrada se Francisco praticar nova infração penal dolosa.</p> <p>(C) a avaliação de imóvel, porventura dado em fiança, será feita imediatamente por perito nomeado pela autoridade.</p> <p>(D) será exigido reforço da fiança quando a autoridade tomar, por engano, valor insuficiente.</p> <p>(E) o dinheiro ou objetos dados como fiança servirão ao pagamento das custas, da indenização do dano, da prestação pecuniária e da multa, se Francisco for condenado.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>43. Antonio, empresário do ramo de construção civil, foi difamado e injuriado por José, seu vizinho. Antonio faleceu quinze dias depois do ocorrido. Para que José seja processado criminalmente pelas ofensas,</p> <p>(A) a esposa de Antonio, ou seu filho, poderá oferecer queixa contra José.</p> <p>(B) o Ministério Público deverá oferecer denúncia contra José.</p> <p>(C) a esposa de Antonio deverá oferecer representação para que o Ministério Público possa oferecer denúncia contra José.</p> <p>(D) o filho de Antonio deverá oferecer representação para que o Ministério Público possa oferecer denúncia contra José.</p> <p>(E) extingue-se a punibilidade de José em razão do falecimento de Antonio.</p>	



47. Paulo está sendo processado pelo crime de desobediência, perante Juizado Especial Federal Criminal. Em relação à citação de Paulo, de acordo com a Lei nº 9.099/1995,
- (A) se Paulo não for encontrado para ser citado, o juiz do Juizado Especial determinará sua citação por hora certa.
 - (B) será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.
 - (C) se Paulo não for encontrado para ser citado, o juiz do Juizado Especial determinará desde logo sua citação por edital.
 - (D) do mandado de citação do acusado constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, não lhe será designado defensor público.
 - (E) não se exige que no mandado de citação conste a necessidade de comparecimento de Paulo acompanhado de advogado.
-
48. Em relação à sentença penal proferida em ação de conhecimento,
- (A) se o réu estiver preso, a intimação da sentença será feita pessoalmente ao defensor por ele constituído.
 - (B) somente a defesa pode, no prazo de dois dias, opor embargos de declaração, sempre que na sentença houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
 - (C) somente depois do trânsito em julgado da sentença absolutória é que o juiz ordenará a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.
 - (D) o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta.
 - (E) o juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.
-
49. Jorge foi denunciado pela prática de crime contra a ordem tributária. De acordo com o disposto no Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar que
- (A) a denúncia será rejeitada quando for manifestamente inepta.
 - (B) a denúncia será rejeitada quando faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal.
 - (C) a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato somente poderá ser assim apurada depois da audiência de instrução e julgamento.
 - (D) a denúncia será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.
 - (E) Jorge deverá ser absolvido sumariamente se o fato narrado na denúncia evidentemente não constitui crime.
-
50. Em relação ao *habeas corpus*,
- (A) compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.
 - (B) a extinção da pena privativa de liberdade não impede o conhecimento do *habeas corpus*.
 - (C) a condenação exclusiva a pena de multa não impede o conhecimento do *habeas corpus*.
 - (D) cabe recurso especial, endereçado ao Superior Tribunal de Justiça, contra a decisão denegatória de *habeas corpus* proferida pelo Tribunal Regional Federal.
 - (E) cabe recurso de ofício da decisão de juiz de primeiro grau que concede *habeas corpus*.

**ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo IX, item 7, será atribuída nota ZERO à Prova Estudo de Caso nos seguintes casos:

- fugir ao tema proposto;
- apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado;
- for assinada fora do local apropriado;
- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- estiver em branco;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Estudo de Caso pela Banca Examinadora.

O candidato não habilitado na Prova Estudo de Caso será excluído do Concurso.

QUESTÃO 1

Na qualidade de Oficial de Justiça, José, encarregado do cumprimento de mandado de citação da empresa "A Ltda.", expedido em ação de execução fiscal, encontrou, em um domingo, às 19h, em sua residência, Alfredo, sócio administrador da referida empresa. Após a leitura do mandado, Alfredo confirmou que é o sócio administrador da empresa "A Ltda." mas disse que era domingo e estava em sua residência, não podendo a diligência ser realizada naquele local, nesse dia, nem após às 18h, por afrontar a Constituição Federal. Afirmou que nada devia ao Erário e que o Oficial de Justiça, querendo, se dirigisse à sua empresa para citá-lo e que lá se entendesse com sua secretária, retirando-se do local.

Responda, fundamentadamente:

- se a citação pode ser realizada em um domingo;
- se pode ser efetivada após às 18h;
- se é válida a citação na residência do representante legal ou se deve comparecer à sede da empresa para concluir a diligência;
- como deve o Oficial de Justiça proceder nessa situação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	



QUESTÃO 1

26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 2**

Cumprindo mandado judicial, regularmente expedido pela Vara Federal das Execuções Criminais, nos autos de determinado processo de execução penal, o Oficial de Justiça dirigiu-se à residência do sentenciado para proceder à avaliação de um bem móvel, antes penhorado na execução da pena de multa, única sanção remanescente, eis que já cumprida a pena de reclusão de três anos aplicada, concomitantemente, por esse único crime em execução.

Ali chegando, o Oficial de Justiça encontra o Advogado do sentenciado pedindo-lhe que suspenda o cumprimento do mandado. O causídico alega oralmente que, com seus argumentos antes rejeitados em sede de agravo em execução pelo Tribunal Regional Federal respectivo, acaba, porém, de obter decisão final favorável em *habeas corpus* impetrado perante o Superior Tribunal de Justiça, para o fim exclusivo de ser determinada a incompetência do Juízo da execução criminal para executar aquela pena de multa, em favor da competência do Juízo da Execução Fiscal, devendo o processo de execução penal aguardar suspenso a solução do débito perante este último.

Estritamente, à luz da jurisprudência hoje consolidada do Superior Tribunal de Justiça, comente a verossimilhança, os fundamentos e a adequação técnica de cada uma das alegações apresentadas pelo Advogado para, afinal, justificadamente, dispor sua decisão final, na condição de Oficial de Justiça, sobre o pedido formulado pelo causídico. Não acresça novos dados factuais não contemplados na questão.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



QUESTÃO 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO